

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

<b>TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>39</b>
1. Do conflito trabalhista .....	39
2. Das formas de solução dos conflitos trabalhistas .....	41
a. autotutela .....	42
b. autocomposição .....	42
c. heterocomposição .....	43
d. mediação e conciliação .....	43
3. Da conciliação .....	47
3.1. Consequências da supressão da expressão “conciliar e julgar” do art. 114 da CF .....	50
4. Das Comissões de Conciliação Prévia .....	51
4.1. Conceito .....	51
4.2. Obrigatoriedade ou facultatividade? .....	52
4.3. Efeitos da transação na Comissão de Conciliação Prévia (eficácia da quitação) .....	56
5. Arbitragem no Direito Processual do Trabalho .....	57
6. Da jurisdição .....	64
6.1. Da lide .....	64
6.2. Da pretensão .....	64
6.3. Da demanda .....	65
6.4. Do conceito e das características da jurisdição .....	65
6.5. Princípios da jurisdição .....	66
6.6. Espécies de jurisdição .....	67
6.6.1. Jurisdição Voluntária para homologação de conciliação extrajudicial trabalhista .....	68
6.6.2. Da reclamação pré-processual .....	74
7. Do processo .....	75
7.1. Dos pressupostos processuais .....	77
8. Da ação .....	79
8.1. Conceito .....	79
8.2. Das condições da ação .....	81
8.3. Interesse processual .....	83
8.4. Legitimidade .....	84

8.5.	Possibilidade jurídica do pedido .....	85
8.6.	Teoria da asserção quanto às condições da ação .....	86
8.7.	Da avaliação das condições da ação no Processo do Trabalho e a postura do Juiz do Trabalho. Aplicação da teoria da asserção ..	86
8.8.	Da carência da ação .....	89
9.	Do mérito do processo .....	89
10.	Princípios do Direito Processual .....	90
10.1.	Da distinção entre normas, regras e princípios .....	90
10.2.	Dos princípios constitucionais do processo .....	90
10.3.	Dos princípios constitucionais do processo em espécie .....	94
10.3.1.	Devido processo legal .....	94
10.3.2.	Princípio do Juiz e do Promotor Natural .....	97
10.3.3.	Princípio da igualdade .....	98
10.3.4.	Princípio da inafastabilidade da jurisdição (acesso à Justiça) .....	99
10.3.5.	Princípio do contraditório e da ampla defesa .....	102
10.3.6.	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	105
10.3.7.	Princípio da motivação das decisões judiciais .....	106
10.3.8.	Princípio da publicidade .....	107
10.3.9.	Princípio da vedação da prova ilícita .....	108
10.3.10.	Princípio da duração razoável do processo .....	109
11.	Princípios do Processo Civil previstos na Lei Ordinária e que são aplicáveis ao Processo do Trabalho .....	113
a.	Princípio da ação, demanda ou da inércia do judiciário .....	113
b.	Princípio da disponibilidade ou dispositivo .....	113
c.	Princípio do impulso processual .....	114
d.	Princípio da oralidade .....	115
e.	Princípio da instrumentalidade das formas .....	116
f.	Princípio da cooperação .....	117
g.	Princípio da observância da ordem cronológica das decisões .....	120

## CAPÍTULO II

<b>DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>123</b>
1. Conceito de Direito Processual do Trabalho .....	123
2. Posição enciclopédica do Direito Processual do Trabalho. Autonomia do Direito Processual do Trabalho .....	126
3. Dos princípios peculiares do Direito Processual do Trabalho .....	132
3.1. Protecionismo temperado ao trabalhador .....	132
3.2. Informalidade .....	134
3.3. Conciliação .....	135
3.4. Celeridade .....	136

3.5.	Simplicidade .....	137
3.6.	Oralidade .....	137
3.6.1.	Identidade física do juiz .....	138
3.6.2.	Prevalência da palavra oral sobre a escrita .....	141
3.6.3.	Concentração dos atos processuais .....	142
3.6.4.	Imediatidade .....	142
3.6.5.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....	143
3.7.	Majoração dos poderes do Juiz do Trabalho na direção do processo .....	143
3.8.	Subsidiariedade .....	144
3.9.	Função social do Processo do Trabalho .....	144
3.9.1.	Princípio da normatização coletiva .....	146
4.	Das fontes do Direito Processual do Trabalho .....	147
4.1.	Lei .....	149
4.1.1.	Constituição Federal .....	149
4.1.2.	Leis Processuais Trabalhistas .....	150
4.1.3.	Código de Processo Civil e Leis Processuais Cíveis .....	150
4.1.4.	Regimentos Internos dos Tribunais .....	150
4.1.5.	Atos e Resoluções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho .....	150
4.1.6.	Costume .....	153
4.1.7.	Princípio. ....	153
4.1.8.	Jurisprudência .....	154
4.1.9.	Equidade .....	156
4.1.10.	Doutrina .....	156
4.1.11.	Tratados Internacionais .....	157
5.	Interpretação do Direito Processual do Trabalho .....	159
5.1.	Dos Métodos Clássicos de Interpretação .....	161
5.1.1.	Literal ou gramatical .....	161
5.1.2.	Teleológico .....	162
5.1.3.	Histórico .....	162
5.1.4.	Sistemático .....	163
5.1.5.	Restritivo .....	163
5.1.6.	Extensivo .....	163
5.1.7.	Interpretação autêntica e doutrinal .....	164
5.2.	Regras de interpretação constitucional .....	164
6.	Integração do Direito Processual do Trabalho .....	169
6.1.	Analogia .....	170
6.2.	Da aplicação subsidiária do Direito Processual Civil ao Direito Processual do Trabalho e as lacunas da CLT .....	171

6.2.1.	O Código de Processo Civil de 2015 e o Processo do Trabalho .....	171
6.2.2.	As lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do CPC .....	174
6.2.3.	Da aplicação do direito comum na esfera trabalhista ...	188
7.	Da vigência da norma processual trabalhista – Eficácia no tempo .....	190
7.1.	A reforma trabalhista e as Regras de Direito Intertemporal .....	191
7.2.	Aplicação das normas processuais trabalhistas no espaço .....	193
8.	Das espécies de procedimentos no Processo do Trabalho .....	194
9.	Do procedimento para as ações que não envolvam parcelas trabalhistas <i>stricto sensu</i> .....	194

### **CAPÍTULO III**

#### **ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO BRASILEIRA ..... 199**

1.	Referências históricas e evolução da Justiça do Trabalho brasileira .....	199
2.	Dos órgãos da Justiça do Trabalho .....	205
3.	Das garantias da Magistratura do Trabalho .....	206
4.	Do acesso à Magistratura do Trabalho .....	207
5.	Do Juiz do Trabalho e das Varas do Trabalho .....	209
5.1.	Do papel do Juiz do Trabalho .....	210
6.	Dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	212
7.	Do Tribunal Superior do Trabalho .....	214
8.	Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho .....	215
8.1.	Dos distribuidores .....	218

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO ..... 219**

1.	Conceito e origem .....	219
2.	Princípios do Ministério Público .....	220
3.	Do Ministério Público do Trabalho .....	221
4.	Da prerrogativa do Procurador do Trabalho de sentar-se ao lado do Juiz do Trabalho nas audiências trabalhistas .....	223
5.	Da competência do Ministério Público do Trabalho .....	224
6.	Formas de atuação do Ministério Público do Trabalho .....	225
6.1.	Judicial .....	225
6.1.1.	Qualidade de parte ou agente .....	225
6.1.2.	Fiscal da ordem jurídica ou interveniente .....	227
6.2.	Extrajudicial .....	229
6.2.1.	Inquérito civil público .....	229
6.2.2.	Termo de Ajustamento de Conduta .....	230

### **CAPÍTULO V**

#### **COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO ..... 233**

1.	Do conceito de competência .....	233
2.	Competência material da Justiça do Trabalho brasileira após a EC n. 45/04 e competência em razão da pessoa .....	236
3.	Da competência material da Justiça do Trabalho .....	239
3.1.	Controvérsias oriundas e decorrentes da relação de trabalho ....	239
3.1.1.	Do conceito de relação de trabalho .....	239
3.2.	Competência da Justiça do Trabalho para apreciar as lides oriundas da relação de trabalho .....	244
3.2.1.	Trabalhador autônomo .....	252
3.2.2.	Trabalhador eventual .....	253
3.2.3.	Trabalhador avulso .....	254
3.2.4.	Empregados de Cartórios Extrajudiciais .....	256
3.3.	Competência da Justiça do Trabalho para as relações de trabalho que configuram relação de consumo .....	259
3.4.	Servidor público. Relação estatutária .....	263
3.4.1.	Contratação temporária pela Administração Pública ....	266
3.5.	Os contratos de empreitada e a pequena empreitada .....	266
3.6.	Contratos de prestação de serviços .....	269
3.7.	Entes de direito público externo .....	270
3.8.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho (inciso IX do art. 114 da CF) .....	275
4.	Competência para as ações que envolvem o exercício do direito de greve .....	278
4.1.	Da competência da Justiça do Trabalho para o julgamento da greve dos servidores públicos .....	280
4.2.	Ações possessórias e interdito proibitório que decorre da greve .....	283
4.3.	Ações indenizatórias que decorrem da greve .....	285
5.	Ações sobre representação sindical .....	286
5.1.	Lides intersindicais não coletivas .....	289
5.2.	Lides intrasindicais .....	290
5.3.	Conflitos sobre contribuições sindicais .....	290
6.	<i>Habeas corpus</i> .....	295
7.	Mandado de segurança .....	302
8.	<i>Habeas data</i> .....	304
9.	Competência penal da Justiça do Trabalho .....	306
10.	Ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes da relação de trabalho .....	310
10.1.	Danos na fase pré-contratual .....	315
10.2.	Danos na fase pós-contratual .....	316
10.2.1.	Competência da Justiça do Trabalho para os pedidos de complementação de aposentadoria .....	317

10.3. Da competência da Justiça do Trabalho para apreciação dos danos morais e materiais decorrentes do acidente de trabalho	320
10.4. Competência da Justiça do Trabalho para apreciar o dano moral em ricochete .....	323
11. Penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos da fiscalização do trabalho .....	329
11.1. Execução fiscal das multas decorrentes da fiscalização do trabalho .....	332
11.2. Órgãos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas .....	333
11.3. Ações sobre o FGTS movidas em face da CEF .....	334
12. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir .....	335
13. Da competência territorial da Justiça do Trabalho brasileira .....	339
13.1. Empregado brasileiro que trabalha no estrangeiro .....	349
13.2. Foro de eleição na Justiça do Trabalho .....	356
14. Competência funcional da Justiça do Trabalho .....	358
14.1. Competência funcional das Varas do Trabalho .....	359
14.2. Competência funcional dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	361
14.3. Competência funcional do Tribunal Superior do Trabalho .....	363
15. Da modificação da competência na Justiça do Trabalho .....	366
16. Conflitos de competência entre órgãos que detêm jurisdição trabalhista .....	368

## CAPÍTULO VI

<b>DAS PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO .....</b>	<b>371</b>
1. Conceito de parte .....	371
2. Da capacidade para ser parte na Justiça do Trabalho .....	372
3. Da representação e assistência das partes na Justiça do Trabalho .....	374
4. Da representação do empregado menor de 18 anos na Justiça do Trabalho .....	377
5. Da capacidade postulatória da parte na Justiça do Trabalho – O <i>jus postulandi</i> da parte na Justiça do Trabalho. Aspectos críticos e perspectivas .....	378
6. Sucessão das partes no Processo do Trabalho .....	381
7. Da substituição processual (legitimidade extraordinária) .....	383
8. A substituição processual pelo sindicato no Direito Processual do Trabalho .....	385
8.1. Do rol de substituídos .....	394
8.2. Liquidação e execução da decisão genérica .....	398
8.3. Substituição processual e interrupção da prescrição .....	410
9. Da regularização da representação processual .....	410

10. Do litisconsórcio no Processo do Trabalho .....	412
10.1. Conceito .....	412
10.2. Do litisconsórcio previsto na CLT .....	415
10.3. Do litisconsórcio necessário no Processo do Trabalho .....	416
10.3.1. Do litisconsórcio unitário no Processo do Trabalho .....	420
10.4. Intervenção <i>iussu iudicis</i> .....	421
10.5. Litisconsórcio multitudinário .....	421
10.6. Prazo em dobro para os litisconsortes com patronos diferentes .....	423
11. Do advogado na Justiça do Trabalho .....	423
12. Da procuração .....	426
13. Da procuração <i>apud acta</i> .....	430
14. Dos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho .....	431
15. Dos honorários advocatícios que decorrem da sucumbência .....	435
16. Da assistência judiciária e justiça gratuita no Processo do Trabalho ....	451
16.1. Do deferimento da justiça gratuita ao empregador .....	458
16.2. A justiça gratuita e o pagamento dos honorários periciais .....	460
17. Dos deveres das partes e procuradores .....	463
18. Da litigância de má-fé no Processo do Trabalho .....	467
18.1. Litigância predatória .....	470
18.1.1. Da aplicação da multa à testemunha por litigância de má-fé no processo do trabalho .....	473
19. Da possibilidade de condenação solidária do advogado por litigância de má-fé .....	475
20. Do assédio processual .....	479
20.1. Da reparação do assédio processual no âmbito trabalhista .....	490

## CAPÍTULO VII

<b>DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>495</b>
1. Da intervenção de terceiros e princípios que a orientam .....	495
2. Da compatibilidade da intervenção de terceiros com o procedimento trabalhista .....	496
2.1. A intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	503
3. Das espécies de intervenção de terceiros e sua aplicabilidade no Direito Processual do Trabalho .....	504
3.1. Assistência .....	504
3.2. Nomeação à autoria .....	506
3.3. Oposição .....	507
3.4. Oposição em dissídio coletivo de natureza econômica .....	509
3.5. Denúnciação da lide .....	512
3.6. Chamamento ao processo .....	520

**CAPÍTULO VIII**

<b>DOS ATOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>523</b>
1. Conceito de atos e fatos processuais .....	523
2. Princípios dos atos processuais no Processo do Trabalho .....	526
2.1. Publicidade .....	526
2.2. Limites temporais .....	526
2.3. Forma .....	528
2.4. Documentação .....	528
2.5. Preclusão .....	528
3. Da prática dos atos processuais por meios eletrônicos e processo judicial eletrônico .....	530
4. Termo processual .....	536
5. Dos prazos processuais .....	536
6. Da contagem dos prazos processuais .....	537
7. Privilégios de prazo .....	543
8. Da comunicação dos atos processuais trabalhistas: citação, notificação e intimação .....	544
8.1. Da comunicação dos atos processuais por intermédio de Cartas Precatórias, Rogatórias e de Ordem .....	549
9. Das despesas processuais no Processo do Trabalho .....	551
9.1. Custas processuais e emolumentos .....	551
10. Da suspensão do processo .....	555

**CAPÍTULO IX**

<b>DAS NULDADES NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>559</b>
1. Conceito e espécies .....	559
2. Princípios das nulidades .....	560
2.1. Prejuízo ou transcendência .....	560
2.2. Princípio da instrumentalidade das formas .....	561
2.3. Princípio da convalidação .....	562
2.4. Princípio da renovação dos atos processuais viciados ou saneamento das nulidades .....	565
2.5. Princípio do aproveitamento dos atos processuais praticados ....	565
2.6. Princípio do interesse .....	566

**CAPÍTULO X**

<b>DA PRESCRIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>567</b>
1. Conceito e distinção com a decadência .....	567
2. Causas de interrupção, impedimento e suspensão da prescrição e o Processo do Trabalho .....	572
3. Prescrição na ação declaratória no Processo do Trabalho .....	579
4. Da prescrição intercorrente .....	580

5. Do momento da arguição da prescrição no Processo do Trabalho .....	588
6. Reconhecimento da prescrição de ofício no Direito Processual do Trabalho .....	589
7. Prescrição aplicável para as ações que não envolvem uma parcela trabalhista <i>stricto sensu</i> e das ações em curso que vieram para o Judiciário Trabalhista .....	596
8. Da prescrição do dano moral decorrente da relação de trabalho .....	598
9. Prescrição dos danos materiais e morais decorrentes do acidente de trabalho .....	601
10. O não decurso do prazo prescricional enquanto a responsabilidade pelo fato lesivo estiver sendo apurada no juízo criminal .....	605

## **CAPÍTULO XI**

<b>DA PETIÇÃO INICIAL NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>609</b>
1. Conceito e fundamentos .....	609
2. Requisitos da petição inicial trabalhista .....	611
3. Requisitos da inicial trabalhista exigidos pela CLT .....	612
3.1. Endereçamento .....	613
3.2. Qualificação das partes .....	614
3.3. Causa de pedir (breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio) .....	615
3.4. Do pedido e o princípio da extrapetição no Processo do Trabalho .....	618
3.4.1. Da cumulação de pedidos .....	622
3.4.2. Pedido alternativo .....	622
3.4.3. Pedido subsidiário .....	623
3.5. Do valor dos pedidos e da causa .....	624
3.5.1. Impugnação do valor atribuído à causa e controle judicial sobre o valor atribuído à causa no Processo do Trabalho .....	635
3.6. Assinatura da petição inicial .....	637
3.7. Requisitos não exigidos na inicial trabalhista .....	637
4. Efeitos processuais da inicial .....	637
5. Da emenda e aditamento da inicial no Processo do Trabalho .....	638
6. Documentos que devem acompanhar a inicial trabalhista .....	640
7. Do indeferimento da petição inicial no Processo do Trabalho .....	640
8. Da inépcia da inicial trabalhista .....	642
9. Do recurso em face do indeferimento liminar da inicial no Processo do Trabalho .....	644

## **CAPÍTULO XII**

<b>DA AUDIÊNCIA TRABALHISTA .....</b>	<b>645</b>
1. Conceito .....	645

2.	Princípios da audiência trabalhista .....	647
2.1.	Presença obrigatória das partes .....	647
2.2.	Concentração dos atos processuais numa única audiência (audiência una) .....	648
2.2.1.	Do rito com fracionamento de audiências .....	649
2.3.	Publicidade .....	651
2.4.	Oralidade .....	652
2.5.	Imediação .....	653
2.6.	Poderes mais acentuados ao Juiz do Trabalho na condução da audiência (inquisitivo) .....	653
2.7.	Conciliação .....	653
3.	Peculiaridades da audiência trabalhista .....	657
4.	O procedimento da audiência trabalhista quando há o comparecimento do Juiz do Trabalho e das partes .....	668
5.	Da condução da audiência pelo Juiz do Trabalho: ordem da oitiva das partes e testemunhas .....	672
6.	Da importância do comparecimento das partes no Processo do Trabalho .....	674
6.1.	Do atraso das partes e do Juiz do Trabalho à audiência .....	675
7.	Da ausência do advogado .....	680
8.	Da ausência do reclamante, arquivamento, custas processuais e a possibilidade de representação do empregado .....	681
9.	Da possibilidade de aplicação da confissão ao reclamante ausente à audiência em prosseguimento .....	688
10.	Da ausência do reclamado .....	690
11.	Nomeação de curador especial para o reclamado revel .....	691
12.	Ausência do reclamante e do reclamado .....	693
13.	Da ausência do reclamado e presença do advogado .....	694
14.	Da representação do reclamado em audiência. Efeitos. Condição de empregado do preposto .....	697
15.	Das audiências telepresenciais e por videoconferência .....	705
15.1.	Conceito e fundamentos .....	705
15.2.	Do procedimento da audiência telepresencial .....	707

## **CAPÍTULO XIII**

### **DA REVELIA NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO ..... 711**

1.	Introdução .....	711
2.	Do conceito de revelia no Direito Processual Civil e no Direito Processual do Trabalho .....	712
3.	Dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho .....	717
4.	Revelia e confissão no Direito Processual do Trabalho .....	718
5.	Elisão da revelia no Direito Processual do Trabalho .....	720

5.1.	Nulidade da citação .....	720
5.2.	Ausência motivada do preposto .....	722
6.	Hipóteses de não aplicabilidade dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho .....	724
6.1.	Havendo pluralidade de réus, um deles contestar a ação .....	724
6.2.	Se o litígio versar sobre direitos indisponíveis (art. 392 do CPC) .....	726
6.3.	Se a petição inicial não estiver acompanhada de documento essencial .....	727
6.3.1.	As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos .....	727
7.	A revelia e a pessoa jurídica de direito público .....	728
8.	A revelia quando há necessidade de prova pericial .....	730
9.	O Juiz do Trabalho diante da revelia .....	730

## CAPÍTULO XIV

<b>DA RESPOSTA .....</b>	<b>735</b>	
1.	Conceito .....	735
2.	Da contestação .....	736
2.1.	Das preliminares da contestação .....	744
	I – Nulidade da citação .....	745
	II – Litispendência .....	746
	III – Coisa julgada .....	747
	IV – Incompetência absoluta .....	748
	V – Da perempção .....	748
	VI – Inépcia da inicial .....	750
	VII – Carência da ação .....	750
	VIII – Conexão .....	751
2.2.	Da compensação e da retenção como matérias de defesa .....	751
2.3.	Matérias que podem ser invocadas depois da contestação .....	752
2.4.	Da ordem de enumeração da matéria defensiva .....	754
3.	Das exceções .....	754
3.1.	Exceções de impedimento e de suspeição .....	755
3.2.	Procedimento das exceções de impedimento e suspeição .....	760
3.3.	Exceção de incompetência .....	762
4.	Da reconvenção .....	766
4.1.	Conceito e requisitos de admissibilidade .....	766
4.2.	Do procedimento da reconvenção no Processo do Trabalho .....	769
4.3.	Da reconvenção nas ações de natureza dúplice na esfera processual do trabalho .....	771
4.4.	Reconvenção de reconvenção no Processo do Trabalho .....	772

**CAPÍTULO XV****DAS PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO ..... 775**

1ª Parte – Teoria Geral das Provas no Processo do Trabalho .....	775
1.1. Do conceito e finalidade da prova .....	775
1.1.1. Da verdade para fins processuais (a superação dos conceitos de verdade real e verdade formal) .....	779
1.2. Objeto da prova .....	781
1.3. Das máximas de experiência e a prova no Processo do Trabalho .....	785
1.4. Da prova do Direito no Direito Processual do Trabalho .....	787
1.5. Princípios da prova no Direito Processual do Trabalho .....	788
1.5.1. Necessidade da prova .....	788
1.5.2. Contraditório e ampla defesa .....	789
1.5.3. Licitude e probidade da prova .....	789
1.5.4. Oralidade .....	790
1.5.5. Aquisição processual da prova no Processo do Trabalho .....	791
1.5.6. Convencimento motivado do juiz .....	792
1.5.7. Busca da verdade real .....	792
1.5.8. Aptidão para a prova .....	793
1.5.9. Princípio da lealdade processual e boa-fé .....	795
1.6. A prova emprestada no Direito Processual do Trabalho .....	796
1.6.1. Requisitos para utilização da prova emprestada no Direito Processual do Trabalho .....	800
1.7. Ônus da prova no Direito Processual do Trabalho .....	803
1.7.1. O ônus da prova e o fato negativo .....	808
1.8. Da inversão do ônus da prova no Direito Processual do Trabalho .....	809
1.8.1. A moderna teoria da carga dinâmica do ônus da prova .....	813
1.9. A revelia e a produção de provas no Direito Processual do Trabalho .....	818
1.10. Valoração da prova no Direito Processual do Trabalho .....	823
1.10.1. Da aplicação do princípio <i>in dubio pro operario</i> na valoração da prova pelo Juiz do Trabalho .....	825
1.11. Dos poderes instrutórios do Juiz do Trabalho .....	827
1.12. Da prova ilícita no Direito Processual do Trabalho .....	831
1.12.1. A prova ilícita e o Juiz do Trabalho .....	836
1.13. Fases do Procedimento Probatório .....	837
1.13.1. Da produção antecipada da prova .....	840
1.14. Da produção de provas orais por meio telepresencial e videoconferência .....	843

1.15. Provas digitais .....	845
1.15.1. Do conceito e natureza jurídica da prova digital .....	845
1.15.2. Requisitos de validade da prova digital .....	846
2ª Parte – Das Provas em Espécie .....	855
2.1. Interrogatório e depoimento pessoal .....	855
2.1.1. Dos conceitos de interrogatório e depoimento pessoal .....	855
2.1.2. Da compatibilidade do depoimento pessoal com o Processo do Trabalho e sua importância prática .....	858
2.2. Da confissão .....	864
2.3. Da prova documental .....	868
2.3.1. Da exibição de documentos .....	874
2.3.2. Documentos trabalhistas típicos .....	875
2.3.2.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social .....	875
2.3.2.2. Recibos de pagamento e quitação e cartões de ponto .....	876
2.3.2.3. Da oportunidade de juntada dos documentos .....	880
2.3.3. Da autenticidade dos documentos no Processo do Trabalho .....	883
2.3.4. Da arguição de falsidade documental no Processo do Trabalho .....	886
2.3.5. Valoração do documento no processo do trabalho .....	888
2.3.5.1. Da ata notarial .....	888
2.4. Da prova testemunhal no Processo do Trabalho .....	889
2.4.1. Do conceito e admissibilidade da prova testemunhal no Processo do Trabalho .....	889
2.4.2. Da capacidade para ser testemunha. Das incapacidades, impedimentos e suspeições das testemunhas no Processo do Trabalho .....	891
a. amizade íntima .....	892
b. empregado que exerce cargo de confiança na empresa .....	895
c. testemunha que litiga contra o mesmo empregador em troca de favores .....	898
2.4.3. Depoimento da testemunha menor de 18 anos no Processo do Trabalho .....	901
2.4.4. Número máximo de testemunhas no Processo do Trabalho .....	902
2.4.5. Da qualificação da testemunha. A testemunha que não porta documento poderá ser ouvida? .....	904
2.4.6. Da contradita .....	907
2.4.7. Da substituição das testemunhas .....	909
2.4.8. Da produção da prova testemunhal no Processo do Trabalho .....	910

2.4.9.	Da acareação das testemunhas e testemunhas e partes .....	915
2.4.9.a.	Da valoração da prova testemunhal pelo Juiz do Trabalho .....	916
2.4.9.b.	Do falso testemunho no Processo do Trabalho e o Juiz do Trabalho diante do falso testemunho .....	919
2.5.	Da prova pericial .....	921
2.5.1.	Sistemática da realização das perícias .....	926
2.5.2.	Da valoração da prova pericial .....	929
2.5.3.	Do pagamento dos honorários periciais .....	932
2.5.4.	Da prova pericial simplificada .....	935
2.6.	Da inspeção judicial no Direito Processual do Trabalho .....	936

## CAPÍTULO XVI

<b>SENTENÇA E COISA JULGADA .....</b>	<b>941</b>
1ª Parte – Da Sentença Trabalhista .....	941
1. Conceito e natureza jurídica .....	941
2. Princípios da sentença trabalhista .....	945
3. Requisitos estruturais da sentença trabalhista .....	946
3.1. Relatório .....	946
3.2. Fundamentação .....	947
3.2.1. Da ordem de apreciação na sentença trabalhista das matérias preliminares .....	956
3.2.2. Ordem de apreciação da matéria de mérito .....	957
3.3. Dispositivo ou conclusão .....	957
4. Classificação das sentenças .....	958
5. Nulidades da sentença .....	960
a. Sentença inexistente .....	961
b. Nulidade da sentença (falta dos requisitos legais) .....	961
c. Falta de fundamentação (nulidade) .....	961
d. Nulidade – sentença <i>citra petita</i> , <i>extra petita</i> e <i>ultra petita</i> .....	962
e. Sentença <i>citra petita</i> .....	962
f. Sentença <i>ultra petita</i> .....	963
g. Sentença <i>extra petita</i> .....	964
6. Possibilidade de julgamento <i>extra petita</i> ou <i>ultra petita</i> no Processo do Trabalho – Princípio da ultrapetição .....	965
6.1. Do julgamento parcial do mérito .....	966
6.2. Do julgamento de improcedência liminar .....	969
7. Da inalterabilidade da sentença depois da publicação .....	971
7.1. A sentença trabalhista e a hipoteca judiciária .....	972
2ª Parte – Da Coisa Julgada no Direito Processual do Trabalho .....	977
8. Conceito. Coisa julgada material e coisa julgada formal .....	977

9. Limites subjetivos da coisa julgada .....	980
10. Limites objetivos da coisa julgada .....	981
11. Dos efeitos da coisa julgada criminal no Processo do Trabalho .....	986
12. Relativização da coisa julgada material no Processo do Trabalho .....	989
13. Da possibilidade de revisão de acordos judiciais ou suspensão de decisões da Justiça do Trabalho diante da Pandemia da Covid-19 .....	993

## CAPÍTULO XVII

### DOS RITOS SUMARÍSSIMO E SUMÁRIO NO PROCESSO DO TRABALHO ..... 995

1. Dos ritos sumário e sumaríssimo trabalhistas .....	995
2. Do rito sumário .....	996
3. Do rito sumaríssimo .....	997
3.1. Da obrigatoriedade ou facultatividade do rito sumaríssimo .....	998
3.2. Da possibilidade de conversão do rito sumaríssimo para ordinário .....	999
3.3. Da aplicabilidade do rito sumaríssimo .....	1000
3.4. Requisitos da petição inicial no rito sumaríssimo e possibilidade de emenda da inicial .....	1001
3.5. Da citação por edital no rito sumaríssimo .....	1003
3.6. Aspectos do procedimento sumaríssimo .....	1005

## CAPÍTULO XVIII

### RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO ..... 1011

1ª Parte – Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas .....	1011
1.1. Dos recursos – conceito, fundamentos e natureza jurídica .....	1011
1.1.1. Classificação dos recursos .....	1013
1.2. Princípios dos recursos trabalhistas .....	1015
1.2.1. Duplo grau de jurisdição .....	1015
1.2.2. Taxatividade .....	1020
1.2.3. Singularidade ou unirãorrribilidade .....	1021
1.2.4. Fungibilidade .....	1023
1.2.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	1025
1.2.6. Variabilidade .....	1026
1.2.7. Dialética .....	1027
1.2.8. Irreirãorrribilidade em separado das decisões interlocutórias .....	1030
1.3. Da remessa necessária ou recurso de ofício .....	1030
1.4. Recursos e direito intertemporal .....	1033
1.5. Decisões irreirãorrribíveis no Processo do Trabalho .....	1040
1.5.1. Decisão interlocutória .....	1040
1.5.2. Dissídios de alçada (irreirãorrribilidade) .....	1044
1.5.3. Despachos .....	1047

1.6.	Pressupostos recursais .....	1047
1.6.1.	Pressupostos recursais intrínsecos .....	1049
1.6.1.1.	Cabimento .....	1049
1.6.1.2.	Legitimidade .....	1049
1.6.1.3.	Interesse recursal .....	1052
1.6.2.	Pressupostos recursais extrínsecos .....	1057
1.6.2.1.	Preparo .....	1057
1.6.2.2.	Depósito recursal .....	1059
1.6.2.3.	Regularidade formal .....	1073
1.6.2.4.	Assinatura .....	1076
1.6.2.5.	Tempestividade .....	1077
1.7.	Efeitos dos recursos trabalhistas .....	1079
1.7.1.	Do efeito devolutivo .....	1079
1.7.2.	Efeito translativo .....	1083
1.7.3.	Regressivo .....	1083
1.7.4.	Substitutivo .....	1084
1.7.5.	Suspensivo .....	1084
1.8.	Do processamento dos recursos trabalhistas .....	1086
1.8.1.	Juízos de admissibilidade e de mérito dos recursos ....	1086
1.8.2.	Das contrarrazões .....	1088
1.8.3.	A impugnação das decisões interlocutórias e as contrarrazões .....	1091
1.8.4.	Procedimento .....	1092
1.8.5.	Da sessão de julgamento e da sustentação oral .....	1094
1.8.6.	Da sessão de julgamento por videoconferência .....	1096
1.9.	Do art. 932 do CPC (majoração dos poderes do relator) .....	1096
1.9.1.	A força criativa da jurisprudência pelos Tribunais .....	1100
1.9.1.1.	A questão do precedente judicial .....	1100
1.9.1.2.	Força vinculante da jurisprudência dos Tribunais .....	1109
1.9.1.3.	Da reclamação constitucional e da reclamação na justiça do trabalho .....	1120
2ª Parte –	Dos Recursos Trabalhistas em Espécie .....	1127
2.1.	Do recurso ordinário .....	1127
2.1.1.	Conceito e requisitos .....	1127
2.1.2.	Os §§ 3º e 4º do art. 1.013 do CPC e a teoria da causa madura e sua aplicação no recurso ordinário trabalhista .....	1131
2.1.3.	O art. 938 do CPC (saneamento das nulidades no recurso ordinário) .....	1133

2.2.	Recurso de revista .....	1136
2.2.1.	Conceito .....	1136
2.2.2.	Requisitos específicos do recurso de revista .....	1140
2.2.2.1.	Pressupostos extrínsecos .....	1140
2.2.2.2.	Pressupostos intrínsecos .....	1143
2.2.3.	Hipóteses de cabimento .....	1148
a.	Divergência jurisprudencial (Lei Federal) .....	1148
b.	Divergência jurisprudencial (interpretação de lei estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa ou regulamento de empresa) .....	1152
c.	Violação de literal dispositivo de Lei Federal ou da Constituição da República .....	1153
2.2.4.	Execução de sentença .....	1158
2.2.4.1.	Execução de título executivo extrajudicial, execução fiscal e certidão negativa de débitos trabalhistas .....	1161
2.2.5.	Admissibilidade do recurso e saneamento de nulidades .....	1161
2.2.6.	Recurso de revista no rito sumaríssimo .....	1165
2.2.7.	Transcendência no recurso de revista .....	1166
2.2.8.	Efeitos do recurso de revista .....	1179
2.2.8.1.	Efeito devolutivo .....	1179
2.2.8.2.	Efeito suspensivo no recurso de revista .....	1181
2.2.9.	Da uniformização da jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	1181
2.2.9.1.	Do incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no âmbito dos Tribunais Trabalhistas .....	1185
2.2.9.2.	Do incidente de Assunção de Competência .....	1190
2.2.10.	Recursos de Revista Repetitivos .....	1191
2.3.	Dos embargos de declaração .....	1204
2.3.1.	Conceito e natureza jurídica .....	1204
2.3.2.	Hipóteses cabíveis .....	1205
2.3.3.	Caráter infringente dos embargos (efeito modificativo) .....	1208
2.3.4.	Embargos de declaração em face de decisão interlocutória .....	1208
2.3.5.	Embargos de declaração e contraditório .....	1209
2.3.6.	Embargos de declaração protelatórios e multa .....	1210
2.3.7.	Embargos de declaração e prequestionamento .....	1211
2.3.8.	Do processamento dos embargos de declaração .....	1211

2.4.	Agravo de instrumento .....	1214
2.5.	Agravo de petição .....	1220
2.5.1.	Delimitação das matérias objeto da controvérsia .....	1224
2.5.2.	Procedimento .....	1226
2.6.	Do recurso adesivo no Processo do Trabalho .....	1226
2.6.1.	Compatibilidade com o Processo do Trabalho e requisitos .....	1227
2.7.	Pedido de revisão .....	1229
2.8.	Embargos no TST .....	1229
2.8.1.	Embargos infringentes .....	1234
2.8.2.	Embargos de divergência .....	1235
2.8.3.	Embargos de nulidade .....	1236
2.8.4.	Processamento dos embargos no TST .....	1238
2.9.	Do recurso extraordinário no âmbito trabalhista .....	1239
2.9.1.	Da repercussão geral no recurso extraordinário .....	1241
2.9.2.	Do processamento do recurso extraordinário .....	1244
2.9.3.	Recurso extraordinário e execução de sentença trabalhista .....	1245
2.10.	Do agravo regimental .....	1246

## **CAPÍTULO XIX**

### **DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA TRABALHISTA ..... 1251**

1.	Do conceito de liquidação de sentença e sua natureza jurídica .....	1251
2.	Da liquidação por cálculos no Processo do Trabalho .....	1255
3.	Se o reclamante não apresentar os cálculos, há prescrição intercorrente? .....	1258
4.	Liquidação por arbitramento .....	1259
5.	Liquidação por artigos (pelo procedimento comum) .....	1260
6.	Da revelia na liquidação de sentença trabalhista .....	1262
7.	Da natureza da decisão que decide a liquidação no Processo do Trabalho e impugnabilidade .....	1263
8.	Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho .....	1266
9.	Da correção monetária dos créditos trabalhistas .....	1267

## **CAPÍTULO XX**

### **DA EXECUÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO ..... 1277**

1.	Introdução e aspectos críticos .....	1277
2.	Do conceito de execução trabalhista .....	1279
3.	Dos princípios da execução trabalhista .....	1280
3.1.	Primazia do credor trabalhista .....	1280
3.2.	Princípio do meio menos oneroso para o executado .....	1281

3.3. Princípio do título .....	1282
3.4. Redução do contraditório .....	1283
3.5. Patrimonialidade .....	1284
3.6. Efetividade .....	1284
3.7. Utilidade .....	1285
3.8. Disponibilidade .....	1285
3.9. Função social da execução trabalhista .....	1286
3.10. Subsidiariedade .....	1286
3.11. Princípio da ausência de autonomia da execução trabalhista (procedimento sincrético) .....	1287
3.12. Princípio do impulso oficial .....	1289
4. Dos pressupostos processuais e condições da ação na execução .....	1292
5. Do mérito da execução .....	1294
5.1. Medidas executivas atípicas .....	1295
6. Do título executivo .....	1302
7. Títulos executivos judiciais .....	1306
8. Títulos executivos extrajudiciais .....	1309
9. Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho .....	1314
10. Da competência para a execução trabalhista .....	1315
11. Legitimidade para promover a execução .....	1317
11.1. Ativa .....	1317
11.2. Da legitimidade ativa do espólio e sucessores .....	1318
11.3. (Cessionário) Da cessão do crédito trabalhista .....	1319
11.4. Do sub-rogado .....	1322
11.5. Da legitimidade passiva .....	1322
12. Da responsabilidade patrimonial .....	1323
13. Da responsabilidade patrimonial secundária .....	1324
14. Dos responsáveis secundários na execução no Processo do Trabalho (hipóteses típicas) .....	1325
14.1. Sucessão de empresas (empregadores) .....	1325
14.2. Da responsabilidade do sócio (desconsideração da personalidade jurídica) .....	1331
14.2.1. Do incidente de desconsideração da personalidade ju- rídica .....	1338
14.3. Do sócio que se retirou da sociedade há mais de 2 anos da data do ingresso da ação .....	1345
14.3.1. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica .....	1350
14.4. Bens do cônjuge ou companheiro .....	1354
14.5. Da responsabilidade do devedor subsidiário .....	1355

14.6. Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento .....	1360
15. Da fraude à execução no Processo do Trabalho .....	1366
15.1. Da fraude à execução e fraude contra credores .....	1372
15.2. Fraude à execução (penhora de bem imóvel) .....	1374
16. Do ato atentatório à dignidade da Justiça .....	1378
17. Da execução provisória na Justiça do Trabalho .....	1381
17.1. A nova execução provisória do Processo Civil e sua aplicabilidade no Processo do Trabalho .....	1383
17.2. Da penhora de dinheiro na execução provisória .....	1392
17.3. Execução provisória de obrigação de fazer .....	1395
18. Da audiência de conciliação na execução .....	1396
19. Da execução em face da massa falida e empresa em recuperação judicial .....	1398
19.1. Da alienação de bens durante o procedimento de recuperação judicial e a sucessão para fins trabalhistas .....	1407
19.1.1. Execução em face de devedores solidários e subsidiários na falência e recuperação judicial .....	1410
19.2. Execução em face de empresas em liquidação extrajudicial .....	1413
20. Da execução de obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho .....	1414
21. Execução em face da Fazenda Pública .....	1418
22. Da execução de parcelas sucessivas .....	1433
23. Execução da parcela previdenciária .....	1435
24. Execução das multas administrativas aplicadas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho .....	1446
25. Execução de sentença trabalhista por quantia certa contra devedor solvente .....	1448
25.1. Do procedimento da CLT .....	1448
25.2. Do início da execução trabalhista e da citação do executado .....	1450
25.3. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no CPC – art. 523 do CPC .....	1453
25.4. Da aplicabilidade do art. 523 do CPC ao Processo do Trabalho .....	1455
25.5. Protesto extrajudicial da sentença trabalhista não cumprida .....	1463
25.6. Da certidão negativa de débitos trabalhistas .....	1467
26. Da penhora .....	1469
26.1. Conceito e efeitos da penhora .....	1469
26.2. Da indicação de bens à penhora, constrição e garantia do juízo .....	1472
26.2.1. Convênios Eletrônicos para efetividade da penhora .....	1477
26.3. Dos bens impenhoráveis .....	1486

26.4. Da impenhorabilidade do bem de família .....	1490
26.5. Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias .....	1498
26.6. Da penhora de salário e dos valores depositados em caderneta de poupança .....	1503
26.7. Penhora de bens imóveis .....	1508
26.7.1. Do registro da penhora do imóvel e consequências ..	1511
26.8. Da penhora do imóvel hipotecado .....	1512
26.9. Penhora de bem gravado com alienação fiduciária em garantia	1515
26.10. Penhora de bem gravado com <i>leasing</i> .....	1517
26.11. Penhora de crédito .....	1518
26.12. Penhora no rosto dos autos .....	1519
26.13. Penhora de faturamento .....	1520
26.14. Da penhora de empresa e do estabelecimento comercial .....	1522
26.15. Substituição de penhora .....	1524
26.16. Mais de uma penhora sobre o mesmo bem (concurso de credores na Justiça do Trabalho) .....	1526
26.16.1. Do arresto cautelar (art. 830 do CPC) .....	1528
26.17. Do auto de penhora .....	1529
27. Da avaliação dos bens penhorados .....	1531
28. Do depósito dos bens penhorados e depositário .....	1534
29. Depositário infiel – Prisão determinada pelo Juiz do Trabalho .....	1538
30. Dos meios de defesa do executado e terceiro em face da execução .	1547
30.1. Embargos à execução (título executivo judicial) .....	1547
30.1.1. Do conteúdo dos embargos à execução .....	1551
30.1.2. Do processamento dos embargos à execução .....	1559
31. Embargos à execução por título executivo extrajudicial .....	1562
31.1. Parcelamento da execução (art. 916 do CPC) e sua compatibili- dade com o Processo do Trabalho .....	1564
32. Da exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho .....	1567
33. Dos embargos de terceiro .....	1572
34. Da hasta pública .....	1579
35. Formalidades da hasta pública .....	1581
36. Expropriação .....	1584
36.1. Arrematação – conceito e legitimidade para arrematar .....	1585
36.2. Da arrematação parcelada de bens e sua compatibilidade com o Processo do Trabalho .....	1590
36.3. Adjudicação .....	1591
36.4. Remição da execução .....	1593
36.5. Remição de bens .....	1595
37. Lance mínimo .....	1596
38. Lance vil .....	1597

39. Lance vil no Processo do Trabalho .....	1598
40. Impugnação da expropriação no Processo do Trabalho .....	1599
41. Da adjudicação antes da hasta pública e o Processo do Trabalho .....	1601
42. Alienação por iniciativa particular e o Processo do Trabalho .....	1604
43. Alienação por leilão eletrônico .....	1605
44. Suspensão e extinção da execução no Processo do Trabalho .....	1607

## **CAPÍTULO XXI**

### **PROCEDIMENTOS ESPECIAIS TRABALHISTAS ..... 1611**

1. Inquérito judicial para apuração de falta grave .....	1611
1.1. Do procedimento do inquérito judicial para apuração de falta grave .....	1614
1.2. Efeitos da decisão proferida no inquérito para apuração de falta grave .....	1616
1.3. Inquérito judicial para apuração de falta grave (natureza dúplice) e reconvenção .....	1617
2. Dissídio coletivo .....	1617
2.1. Dos conflitos coletivos trabalhistas e do interesse coletivo .....	1617
2.2. Do poder normativo da Justiça do Trabalho brasileira .....	1619
2.3. Do dissídio coletivo – conceito e espécies .....	1623
2.4. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica .....	1626
2.5. A questão do comum acordo nos dissídios de greve e a legitimidade do Ministério Público do Trabalho .....	1636
2.6. Limites da competência normativa da Justiça do Trabalho brasileira .....	1639
2.7. O poder normativo se transformou em arbitragem judicial após a EC n. 45/04? .....	1641
2.8. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar? .....	1642
2.9. Do procedimento no dissídio coletivo e questões processuais .....	1646
2.9.1. Da revelia no dissídio coletivo .....	1649
2.9.2. Da sentença normativa, recursos e coisa julgada no dissídio coletivo .....	1650
3. Da ação de cumprimento .....	1655
3.1. Competência da Justiça do Trabalho para a ação de cumprimento .....	1657
3.2. Legitimidade .....	1658
3.3. Dilação probatória .....	1660
3.4. Prescrição .....	1661

## **CAPÍTULO XXII**

### **AÇÕES CIVIS ADMISSÍVEIS NO PROCESSO DO TRABALHO ..... 1663**

1.	Das Tutelas de Urgência Previstas no Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho .....	1663
1.1.	Da fungibilidade das tutelas de urgência .....	1665
2.	Da tutela antecipada e o Processo do Trabalho .....	1667
2.1.	Da impugnação da medida que aprecia a tutela antecipada no Processo do Trabalho .....	1674
2.2.	Da execução da tutela antecipada no Processo do Trabalho ...	1677
2.3.	Da tutela antecipada das obrigações de fazer e não fazer e dar no Processo do Trabalho .....	1678
2.4.	A tutela antecipada em face da Fazenda Pública .....	1680
3.	Da tutela inibitória e sua aplicação no Processo do Trabalho .....	1682
4.	Da tutela cautelar. Medidas cautelares e o Processo do Trabalho ....	1687
4.1.	Teoria geral da tutela cautelar .....	1687
4.2.	Do poder geral de cautela do Juiz do Trabalho .....	1690
4.3.	Espécies de tutelas cautelares .....	1691
4.4.	Do procedimento das tutelas cautelares no Processo do Trabalho .....	1691
4.5.	Da tutela da evidência .....	1695
5.	Da ação rescisória na Justiça do Trabalho .....	1697
5.1.	Conceito e natureza jurídica .....	1697
5.2.	Hipóteses de cabimento da ação rescisória .....	1703
a.	Se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juízo .....	1704
b.	Proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente .....	1704
c.	Resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão ou simulação entre as partes, a fim de fraudar a lei .....	1705
d.	Ofender a coisa julgada .....	1706
e.	Violar manifestamente a norma jurídica .....	1707
f.	Se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória .....	1710
g.	Depois do trânsito em julgado, o autor obtiver prova nova, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável .....	1710
h.	Fundada em erro de fato verificável no exame dos autos .....	1711
5.3.	Legitimidade para propor a ação rescisória .....	1711
5.4.	Competência .....	1712
5.5.	Da revelia na ação rescisória .....	1713

5.6.	Procedimento na Justiça do Trabalho .....	1713
5.7.	Prazo para a propositura da ação rescisória .....	1719
6.	Da Ação Civil Pública na esfera trabalhista .....	1721
6.1.	Do conceito de Ação Civil Pública. Natureza jurídica e aplicabilidade no Processo do Trabalho .....	1721
6.2.	Competência para as ações coletivas na Justiça do Trabalho ..	1727
a.	Material .....	1727
b.	Funcional .....	1728
6.3.	Da legitimidade para a propositura da Ação Civil Pública .....	1730
6.4.	Litispêndência entre a Ação Civil Pública e a Ação Individual ..	1735
6.5.	Prescrição da pretensão nas ações coletivas trabalhistas .....	1738
6.6.	Sentença e coisa julgada na Ação Civil Pública .....	1739
7.	Da Ação Civil Coletiva .....	1746
7.1.	Processo coletivo estrutural na justiça do trabalho .....	1747
8.	Da ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho .....	1751
9.	Ação anulatória na Justiça do Trabalho .....	1754
9.1.	Ação anulatória de normas convencionais na Justiça do Trabalho .....	1758
9.1.1.	Legitimidade .....	1762
9.1.2.	Competência material .....	1768
9.1.3.	Competência hierárquica ou funcional .....	1769
10.	Correção parcial na Justiça do Trabalho .....	1772
11.	<i>Habeas Corpus</i> na Justiça do Trabalho .....	1775
11.1.	Conceito e natureza jurídica .....	1775
11.2.	Competência da Justiça do Trabalho .....	1777
11.3.	Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho .....	1778
a.	Ato da autoridade judiciária trabalhista .....	1778
b.	Possibilidade de impetração contra ato de particular na Justiça do Trabalho .....	1779
11.4.	Competência funcional e procedimento .....	1781
12.	Ação Monitória .....	1783
12.1.	A Ação Monitória no Direito Processual do Trabalho .....	1788
12.2.	Do procedimento da Ação Monitória na Justiça do Trabalho ...	1792
12.3.	Da ação monitória em face da Fazenda Pública .....	1793
13.	Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho .....	1794
13.1.	Conceito de Mandado de Segurança .....	1794
13.2.	Do direito líquido e certo .....	1796
13.3.	Das competências material e funcional para o mandado de segurança .....	1798
13.4.	Mandado de segurança em face de decisão interlocutória e na execução da sentença trabalhista .....	1801

13.5. Procedimento do mandado de segurança na Justiça do Trabalho .....	1802
13.6. Da liminar e da recorribilidade da decisão que a aprecia .....	1807
13.7. Da recorribilidade da decisão no mandado de segurança .....	1809
13.8. Do prazo para impetração do mandado de segurança .....	1809
13.9. Do Mandado de Segurança Coletivo .....	1810
14. O <i>habeas data</i> na Justiça do Trabalho .....	1812
15. Ações Possessórias na Justiça do Trabalho .....	1814
15.1. Do interdito proibitório .....	1818
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1821</b>